



FAMÍLIA, SEXUALIDADE E TRAJETORIAS EM CONTEXTO RELIGIOSO PLURAL¹

Dra. Edlaine de Campos Gomes

Museu Nacional / UFRJ
edlaine_gomes@hotmail.com
tel.: 21 34131282

Rua Salvínia, 58 Anil – Rio de Janeiro
22750-250

O debate proposto está inscrito no contexto religioso do Rio de Janeiro marcado pelo pluralismo e pelo trânsito inter-confessional, fortemente incrementado pelo crescimento do campo evangélico pentecostal. Um ponto relevante que assume um papel importante no debate é a leitura realizada pelas chamadas igrejas neopentecostais, em especial a IURD, de que práticas religiosas e sociais não estão dissociadas. Esta inserção na vida pública trouxe uma sensível mudança da lógica “*estamos no mundo, mas não somos do mundo*”, peculiar às narrativas pentecostais. Há uma negociação constante entre o “estar no mundo” e o “ser do mundo”, que é um ponto fundamental para o debate proposto pela presente pesquisa. A inserção no mundo marcada pela participação efetiva na esfera pública, através da política e dos meios de comunicação, influencia na complexificação do debate de temáticas como: família, sexualidade, reprodução e planejamento familiar – envolvendo aqui posturas distintas sobre aborto e contraceptivos - e as possíveis combinações com essas práticas religiosas. O

¹ Este trabalho se desenvolve no âmbito da pesquisa “Família, Reprodução e Ethos Religioso”, coordenada por Luiz Fernando Dias Duarte (Museu Nacional/UFRJ).

estudo privilegia a análise de trajetórias individuais que englobam os processos de conversão e desconversão religiosa, movimentos característicos do exercício da autoridade reflexiva gerada na modernidade. Levando em conta esta característica, problematizo as combinações e interdependências entre as respectivas opções confessionais, os “regimes dos prazeres” e os “usos do corpo” – que também envolvem estratégias reprodutivas, aborto e práticas sexuais. A pesquisa se inscreve no âmbito de uma rede familiar específica e ampliada, considerando também os laços de afetividade que incluem “amigos” e “agregados”.

Venho procedendo à análise da trajetória de uma ampla rede familiar de camadas populares, tendo como pano de fundo o complexo panorama religioso brasileiro das últimas décadas, caracterizado pela existência de um pluralismo religioso exclusivista, principalmente influenciado pela diversificação e crescimento do campo evangélico pentecostal. Privilegio neste trabalho a análise de um dos núcleos dessa rede familiar, que tem sua trajetória traçada pela conversão da mãe, ainda na década de 1960, às Testemunhas de Jeová (TJ), e por processos de conversão e desconversão de suas filhas em relação à mesma confissão religiosa. Também apresento a especificidade desse núcleo em relação à rede familiar mais ampla, traçando a oposição exposição - silêncio sobre o tema sexualidade. No primeiro caso, sexualidade como tema intra-familiar e coletivo– englobado pela religião); no segundo, sexualidade como tema externo à família e individual.

O material de nossa pesquisa ampla tem se orientado pela possibilidade de compreender o fenômeno religioso a partir de três dimensões complementares: “*religião como identidade ou pertencimento; ‘religiosidade’ como adesão, experiência ou crença e ‘ethos religioso’ como disposição ética ou comportamento*” (cf. Duarte, 2003). Também temos operado com a possibilidade de compreender as alternativas religiosas disponíveis nas sociedades ocidentais modernas como indissociavelmente relacionadas com as ideologias

estruturantes da modernidade, sobretudo o ‘subjetivismo’ e o ‘naturalismo’ (cf. Duarte et al., 2004). O quê pode nos esclarecer sobre esses processos uma religião como a dos TJ, sensivelmente orientada pelo fundamentalismo, possuindo uma profunda ênfase no controle sobre as ações de seus membros e na conseqüente delimitação de suas fronteiras ético-religiosas? É possível identificar passagens, deslocamentos e interpretações pessoais, relacionadas com os valores laicos não-confessionais, na relação entre membro e confissão religiosa?

Minha atenção se concentrou no caso do núcleo familiar Testemunha de Jeová, por este apresentar sensíveis tensões internas e implicações na vida familiar e individual de seus membros. Em pesquisa realizada com estudantes de Ensino Fundamental e Médio da Rede Pública de Educação (cf. Gomes & Jabor, 2004), observou-se que os alunos Testemunhas de Jeová² foram os que mais expressaram uma regularidade quanto às opiniões sobre virgindade, aborto e homossexualismo, demonstrando a forte influência da religião em suas posturas individuais: “casar virgem”, não aceitar o aborto em qualquer hipótese e considerar o homossexualismo, tanto feminino quanto masculino, como “pecado”.

Pesquisei a bibliografia sobre as crenças e características distintivas das Testemunhas de Jeová para melhor compreender as implicações da relação entre as suas noções de família e moralidade, no caso específico do núcleo familiar estudado. Pude encontrá-las no livro *Testemunhas de Jeová: Proclamadores do Reino de Deus* (1993) produzido pela ‘Sociedade Torre da Vigia de Bíblias e Tratados’ (Watchtower ou Sentinelas), organização que orienta,

² Segundo o Censo 2000 (IBGE) as Testemunhas de Jeová somam cerca de um milhão e cem mil (1.100.000) membros no Brasil.

controla e produz toda a literatura utilizada pelas Testemunhas de Jeová. Quase todas as crenças listadas já tinham aparecido nas várias conversas que mantivera com as pessoas do núcleo que analiso.

“As crenças das Testemunhas de Jeová”

- 1 A Bíblia é a inspirada Palavra de Deus.
- 2 Jeová é o único Deus verdadeiro.
- 3 Jesus Cristo é o Filho unigênito de Deus, o único criado diretamente pelo próprio Deus.
- 4 Satanás é o invisível “governante deste mundo”.
- 5 O Reino de Deus, sob Cristo, substituirá todos os governos e se tornará o único governo sobre toda a humanidade.
- 6 Vivemos agora, desde 1914, no “tempo do fim” deste mundo iníquo.
- 7 Existe apenas um caminho para a vida; nem todas as religiões ou práticas religiosas são aprovadas por Deus.
- 8 A morte resulta de se ter herdado de Adão o pecado.
- 9 Um “pequeno rebanho”, apenas 144.000, irá para o céu. [os “ungidos”]
- 10 Outros que têm a aprovação de Deus viverão para sempre sobre a Terra. [são os batizados Testemunhas de Jeová, também chamados de “A grande multidão”]
- 11 As autoridades seculares devem ser tratadas com o devido respeito.
- 12 Os cristãos precisam harmonizar-se com as normas da Bíblia no que diz respeito ao sangue, bem como à moralidade sexual.
- 13 A honestidade pessoal e a fidelidade nas responsabilidades maritais e familiares são importantes para os cristãos.
- 14 A adoração aceitável de Jeová requer que o amemos acima de tudo.”

(WatchTower, 1993, p.144-45)

Formatada: Português
(Portugal)

A lista acima nos sugere um panorama expressivo sobre a concepção de mundo que envolve as posturas de seus membros e enfatiza a singularidade das Testemunhas de Jeová dentro do próprio cristianismo, inclusive por terem elaborado uma tradução própria da Bíblia. As Testemunhas de Jeová são bastante conhecidas pelo seu décimo segundo fundamento, que aborda a questão do sangue. A polêmica gerada pela recusa das transfusões talvez seja o aspecto que mais as coloque em evidência. Mas existem outras especificidades: afirmam ser a única religião verdadeira e não acreditam na Trindade divina, na existência da alma após a morte, na divindade de Jesus, em sua ressurreição carnal e na cura pela fê.

Conhecidos originalmente como “Estudantes da Bíblia”, na década de 1940 formaram uma comissão – constituída apenas por pessoas “ungidas” – que produziu uma tradução, retirando o que julgavam ser interpretações baseadas em “filosofias pagãs” e “tradições não-bíblicas”. A chamada “Tradução do Novo Mundo das Escrituras Sagradas”, foi “literalmente” traduzida do grego e do hebraico, com o objetivo de, assim, as Testemunhas poderem seguir fielmente a “única verdade” e poderem resgatar suas vidas no estabelecimento do Reino Terrestre.

A literalidade buscada pelos tradutores é um ponto crítico na forma como as Testemunhas de Jeová concebem o mundo. Esse é um eixo que devemos aprofundar, considerando especialmente a categoria “vida” expressa na interpretação elaborada por eles,

que se aparta da noção de experiência.³ A tensão entre concepção fundamentalista do mundo e experiência é uma ponte possível para tentarmos compreender as categorias básicas constantes na pesquisa mais ampla – família, *ethos* privado e *ethos* religioso, em relação às Testemunhas de Jeová. Um dos exemplos marcantes dessa tensão está presente na elaboração do que chamam de “campo”, onde o controle se sobrepõe à experiência. Somente os batizados podem sair para “evangelizar”, numa peregrinação de porta em porta, levando e distribuindo revistas e bíblias. Antes dessa entrada no “campo”, há um elaborado processo de fixação e encenação prévia dos gestos, palavras e atitudes a serem tomadas, que ocorre em reuniões semanais. Além disso, decoram passagens da Bíblia para que possam repeti-las literalmente para os pessoas que as recebem em suas casas. Dentro desse sistema de evangelização não são permitidas improvisações⁴.

Destaco uma breve passagem narrada por Dona Lourdes, que nos possibilita compreender duas concepções distintas a respeito da noção de vida que estão sempre interagindo. Uma construída através de um tipo de racionalização proveniente da religião e outra fundada em valores laicos não-confessionais. É importante ressaltar que essa passagem

³ Há uma importante distinção entre o fundamentalismo cristão e o pentecostalismo, expressa na oposição entre literalismo e ênfase na experiência relacional com o Espírito Santo. (ver Crapanzano, 2000). Emerson Giumbelli (2004) apresentou uma discussão acerca da intolerância e do fundamentalismo religioso, que permeiam o debate sobre o campo religioso brasileiro contemporâneo. Compartilho da visão do autor no que tange ao cuidado de associar a categoria fundamentalismo aos pentecostais, principalmente no caso da IURD que, embora oriente suas práticas a partir do embate com outras religiões principalmente afro-brasileiras, não invalida e reconhece a força de seus “opponentes”. Outros autores já trataram da constituição sincrética das práticas da IURD, através da incorporação de objetos e crenças, que recebem novos significados na medida em que entram no sistema religioso iurdiano. Além disso, como sugeri em minha tese de doutorado (Gomes, 2004), em seu processo de institucionalização, embora continuasse a pregar o exclusivismo e o antiecumenismo, houve um maior investimento no diálogo com seus interlocutores, numa busca de estabelecer suas fronteiras e investir em sua autenticidade religiosa.

está inscrita num momento em que minha entrevistada necessitava realizar uma cirurgia que, segundo a interpretação médica, possivelmente, envolveria uma transfusão de sangue. Não me atarei, para o momento, na análise extremamente complexa do quadro de justificativas presentes nesse embate; preocupo-me em destacar o seguinte trecho:

“O Dr. Wilson disse que estudou a Bíblia, e disse que a gente não toma sangue porque queremos morrer. O quê!!! Nós queremos morrer?! Isso é a filosofia do homem e não de Deus. Nós não queremos morrer, nós queremos é viver. Não tomamos sangue exatamente porque não queremos morrer para Deus. O que adianta viver mais dez anos para o homem e para Deus estar morto”.

É interessante perceber que para ela não há escolha possível. Não está discutindo a partir do pressuposto da existência de dois caminhos – permitir ou não a transfusão -; para ela, seu corpo foi moldado por Jeová e desestruturado pelo pecado de Adão. O complexo corpo/vida/sangue é visto como único e intransferível, somente sendo verdadeiramente reconstituído com a instauração do “Reino”. É para esse momento que ela está se preparando.

Ao aprofundar a leitura dos textos das Testemunhas de Jeová e da produção médica em torno de práticas que envolvem intervenções no corpo, rejeitadas pela concepção religiosa dos TJ, como é o caso da vacinação no início do século XX, dos transplantes e das transfusões, observei a existência de um amplo diálogo entre esses dois campos. Mesmo que marcado pelo conflito de concepções, percebem-se ajustes consideráveis no tratamento dado a essas

⁴ Para uma melhor elaboração a respeito da “teatralização” presente nas práticas das Testemunhas de

questões por ambas as partes (até mesmo porque há médicos TJ). Podemos exemplificar isso com o próprio caso das transfusões, que dentro da história das Testemunhas de Jeová, já foi proibida, aceita ou parcialmente aceita. Vemos atualmente a adoção da técnica de “circulação extra-corpórea ininterrupta” – que não estaria caracterizada dentro da proibição bíblica do “sangue derramado” – e a adoção da aplicação de frações do sangue, permanecendo o tabu sobre a transfusão do “sangue total”. Mesmo com essa relativização, procuram enfatizar a “verdade” constante na Bíblia⁵.

Voltando ao ponto inicial vemos que a complexidade da oposição entre um fundamentalismo (vida englobada pela religião) e o privilégio da experiência vital (englobada por valores laicos como o subjetivismo e o naturalismo) aparece com destaque no núcleo familiar analisado, sendo geradora das principais tensões existentes no processo de adesão, sobretudo evidenciado na segunda geração – que em nosso caso é a das filhas de Dona Lourdes.

Dona Lourdes converteu-se às Testemunhas de Jeová em 1964, quando tinha 27 anos. Morava no interior da Bahia e qualifica sua religiosidade anterior como “católica idólatra”. Segundo ela, fazia o “sinal da cruz” e “promessas aos santos”, práticas características do catolicismo popular. Ri quando conta as passagens da época em que “não conhecia a Palavra”. Teve sete filhos, com pais diferentes. Todos foram levados por ela a conhecerem a “verdade”,

Jeová, ver Montenegro (1996).

⁵ A questão da transfusão do sangue entre as Testemunhas de Jeová será aprofundada nas etapas posteriores da pesquisa, através da leitura da bibliografia produzida pelos TJ e seu diálogo com a medicina, que também possui uma produção significativa sobre o tema. Também continuarei acompanhando os desdobramentos do caso específico de Dona Lourdes, que precisa realizar uma

através do que é pregado pelas Testemunhas de Jeová. Quanto à transmissão de sua religião para os filhos - bem ao estilo do protestantismo marcado pela conversão - diz:

“Fiz a minha parte. Quando cresceram, eu ficava esperando para ir para a reunião e eles não chegavam. Era praia, futebol. O ancião mesmo disse que eu não podia fazer nada, que eu é que não podia deixar o caminho certo.”

No fim da década de 1970 migrou para o Rio de Janeiro, após deixar seu último companheiro, que não era Testemunha. Conta que descobriu que estava sendo traída, “com uma mulher da rua de baixo”. Tolerava seu excesso de bebida, mas de forma alguma aceitaria tal outra situação. Esse foi um momento de ruptura. Tinha construído com grande esforço sua casa e esperava regularizar sua situação familiar-religiosa através da oficialização do casamento. Até aquele momento não podia ser batizada por manter “relações sexuais ilícitas”, não podendo realizar as atividades cotidianas de um membro – como realizar o “campo” e “orientar o estudo da Bíblia” -, além de ter a aflição de não estar entre os da “grande multidão” que viverão no “paraíso terrestre” . Já tinham nascido todos os sete filhos quando migrou. Os menores, duas meninas, eram frutos dessa última relação.

Para as Testemunhas de Jeová a prática sexual deve estar inscrita no casamento e precisa estar condizente com a norma cristã, que a vê como uma impureza, sendo a abstinência função daquele que quer se “santificar”. A “fornicação” – termo recorrente nas conversas com

cirurgia que consiste na substituição de seus joelhos por próteses, procedimento que, segundo

Dona Lourdes -, o adultério e o homossexualismo são práticas inconcebíveis para uma crente que orienta sua vida a partir dessa perspectiva religiosa específica.

Ao abandonar o seu último companheiro, Dona Lourdes não estava indo contra as regras de conduta prescritas em sua religião. Na verdade, seu intuito era regularizar sua condição marital, passando de “fornicadora” à “cumpridora das regras bíblicas”. A lógica considerada para a separação também levou em consideração a orientação religiosa, segundo a qual a única base para o divórcio é o adultério. Além disso, uma outra justificativa para o rompimento era o fato de seu companheiro não ter aderido aos preceitos formulados pelos TJ.

O termo “fornicação” – que se refere às “relações sexuais ilícitas” descritas na Bíblia - tem um peso significativo no discurso formulado pelos TJ e é fortemente reproduzido por seus membros. Segundo a orientação doutrinária, a moralidade sexual foi estabelecida claramente na Bíblia, não havendo brechas possíveis em sua interpretação. Reconhecem que a modernidade trouxe uma maior permissividade em relação ao sexo, mas que sua conduta nada deve ter a ver com ela. O comportamento sexual não é um “mero assunto pessoal”, estando circunscrito na orientação bíblica literal, presente principalmente em Hebreus 13:4 (“*O matrimônio seja honroso entre todos e o leito conjugal imaculado, porque Deus julgará os fornicadores e os adúlteros*”) e 1Coríntios 6: 9, 10. (*O quê! Não sabeis que os injustos não herdarão o reino de Deus? Não sejais desencaminhados. Nem fornicadores, nem idólatras, nem adúlteros, nem homens mantidos para propósitos desnaturais, nem homens que se deitam com homens, nem ladrões, nem gananciosos, nem beberrões, nem injuriadores, nem extorsores herdarão o reino de Deus*”).

orientação médica, incorre em transfusão.

É com essa impressão sobre o corpo, o sexo e a vida que Dona Lourdes parte para o Rio de Janeiro, apenas com as duas filhas, ainda pequenas. Chegando ao Rio, foi recebida por uma “irmã espiritual” - ao utilizar esse termo procurou distingui-lo da categoria “irmã carnal”. Deixou seus outros filhos em Salvador, pois “eles já eram crescidos e podiam se virar”. As meninas precisavam de proteção. Várias vezes, afirmou que jamais pensou em se casar novamente, principalmente para não colocá-las em risco, na medida em que, para ela, “nenhum homem presta”.

O interessante nessa passagem, é que sua “família espiritual” já havia escolhido um “senhor muito honrado” e cumpridor da moralidade pregada pelas Testemunhas, para que Dona Lourdes conhecesse e, quem sabe, formasse uma família. No entanto, ela preferiu continuar sozinha com suas filhas, apesar do casamento ser um objetivo primordial, por ser capaz de regularizar as práticas sexuais.

Homem, sexo, imoralidade e impureza estão sempre interagindo em seu relato. A percepção de sexualidade corrompida tem sua base na forma como as Testemunhas de Jeová compreendem a Criação: o pecado original, cometido por Adão e Eva, é uma herança para todos os seres humanos que perderam a imortalidade e a perfeição do corpo, e passaram a conviver com as doenças, as imperfeições e a aflição da morte. Esses dois personagens bíblicos estão muito vivos em seus argumentos cotidianos para as questões mais distintas. Uma de suas filhas sempre tem algum problema de saúde, muitas vezes acontece de ter várias “doenças” ao mesmo tempo. Dona Lourdes, diz que parece que ela “herdou todas as imperfeições deixadas por Adão”, o “sofrimento dela é por culpa dele”. É com esse sentido

que o sexo está sempre presente em seu discurso, onde o desejo deve ser controlado pela palavra (cf. Foucault, 1977).

É importante ressaltar que o “pecado adâmico” é uma das quatorze crenças das Testemunhas de Jeová”, mencionadas anteriormente. Acreditam que somente com a “instauração do Reino de Deus” haverá o retorno à harmonia e ao “paraíso terrestre”, não havendo mais mortes, enfermidades e, conseqüentemente, a prática sexual. A noção presente nessa idéia é que o corpo só terá sua plenitude, carne e espírito restaurados, com a instauração do “paraíso terrestre”.

A interpretação das Testemunhas de Jeová sobre o pecado adâmico parece acompanhar a leitura agostiniana do mito da Queda. A essência do pecado recai sobre o “ato de rebeldia contra Deus”, a desobediência, a primazia da escolha sobre a ordem divina e a ruptura da harmonia entre a vontade divina e vontade humana. (Duarte & Giumbelli, 1995, p. 98). Nesse sentido, não é o ato sexual em si que define o pecado, mas sim o rompimento da harmonia e totalidade inerentes ao “paraíso”, provocado na efetivação do desejo.

A biografia de Dona Lourdes mostra extrema adequação à moral rigorista propagada por sua confissão religiosa. Seus atos e explicações, tanto os relativos à felicidade, quanto os relativos aos infortúnios de sua vida, estão sempre sendo orientados pela concepção religiosa apreendida entre os TJ. A questão da conduta é um imperativo para o grupo, que julga ter o “conhecimento exato da Palavra de Deus”, conhecimento que foi construído pelo estudo da Bíblia. Não é à toa que o primeiro nome que as Testemunhas de Jeová receberam foi o de “Estudantes da Bíblia”.

Foi seguindo as “regras morais da Bíblia” que Dona Lourdes criou seus filhos, em especial, as meninas que migraram junto com ela para o Rio de Janeiro. Manteve o controle sobre elas até o início da puberdade. A mais velha conta que não podiam conversar, brincar, ou tomar qualquer atitude que pudesse ser interpretada por sua mãe como um comportamento incompatível com as orientações das Testemunhas de Jeová. Muitas vezes, “apanharam” somente por Dona Lourdes ter ouvido algum comentário de vizinhos sobre elas, mesmo que “não estivessem fazendo nada de errado”.

A tensão entre controle e experiência, presente também na interação entre corpo e autocontrole (Elias, 1990), se acentuou na adolescência das duas filhas de Dona Lourdes com diversas situações em que a idéia da escolha individual, associada aos valores laicos não-confessionais (cf Duarte, 2003; Duarte, Gomes, Jabor & Luna, 2004), contrastava com o ethos religioso familiar prevalecente.

Nesse sentido, é necessário trazer para o debate as biografias da segunda geração dessa família.

A adolescência foi um período especialmente crítico para o núcleo familiar: o momento do choque entre as regras morais transmitidas pela confissão religiosa da mãe e a descoberta da sexualidade e “do mundo” pelas filhas, principalmente pelo contato com uma rede de amigos externa à esfera religiosa da família. Essas trajetórias, embora bastante distintas quanto aos processos de conversão e desconversão religiosa, estão permanentemente marcadas pela referência à religião assumida pela mãe. As três biografias interagem em constantes conflitos nas relações que estabelecem na vida adulta. No entanto, não podemos

esquecer que tais conflitos não são exclusividade dessa família e que, também, existe uma forte ligação afetiva entre todas as personagens.

Rita, a filha mais velha, era batizada e até à adolescência fazia o que chamam de “campo”, pregando de casa em casa para cumprir a tarefa de evangelização, mas não chegou a orientar nenhuma pessoa que desejava ser “estudante da Bíblia” – o que seria um primeiro passo para o vínculo com as Testemunhas de Jeová. O ato de orientar a leitura da Bíblia é visto como um critério que demonstra o grau de “maturidade” do membro desta confissão religiosa. Aos dezoito anos, em função de uma série de fatores, resolveu romper com aquela que desde sempre fora sua confissão religiosa.

É importante destacar que as Testemunhas prevêm dois tipos de desfiliação: a desassociação e a dissociação. A desassociação é o ato de desfiliação do membro batizado devido a alguma transgressão das regras de conduta previstas nas doutrinas das Testemunhas de Jeová, sendo a congregação a responsável pelos procedimentos necessários para o rompimento. Esse tipo de controle é visto como um mecanismo para evitar algum tipo de desmoralização do grupo. Há uma outra possibilidade de desfiliação que parte do próprio membro - chamada de dissociação – e é gerada por algum tipo de insatisfação pessoal. Ao proceder-se à dissociação, no entanto, são acionadas as regras morais que dão significado ao ser Testemunha. Deixar de ser uma Testemunha de Jeová é mais grave do que nunca ter sido. Dessa maneira, a contra-resposta da instituição é a desassociação, a total proscrição do “transgressor”.

O que causou a desconversão de Rita foi o início de um namoro com um rapaz de fora da igreja. Segundo ela:

“Já estava insatisfeita há muito tempo, não queria mais me submeter a nenhum julgamento das pessoas da igreja que ficavam me olhando com indiferença, e ficavam falando que estava namorando uma pessoa do mundo”.

A entrevistada observa que sua saída também teve relação com a incapacidade pessoal de incorporar as normas das Testemunhas de Jeová. Apontou uma série de comportamentos dos jovens “do mundo” que não interpretava como “erradas”, mas que contrastavam com o ensinado pela religião e, conseqüentemente, pela mãe. A condição de transgressora não foi relativizada dentro da relação entre ethos privado e ethos religioso. O comportamento como uma jovem “do mundo” não era compatível com sua experiência religiosa institucional, não havendo articulação possível entre a vida religiosa e a “vida mundana”.

A opção foi pelo rompimento. Mesmo sabendo das sanções que poderia sofrer, sobretudo a total “indiferença” ou rejeição, recebida após a desfiliação (dissociação ou desassociação), de todo o seu grupo de referência original. Ser um desassociado significa estar despojado não só da prática religiosa, mas também de toda a rede de relações e sociabilidade que se mantém com o grupo. Mesmo os mais próximos são orientados a “reduzir o contato” com o “transgressor”, sob pena de também sofrerem punições.

A tomada de uma atitude radical de desfiliação do quadro de membros foi levada a termo com a comunicação de sua saída diante de uma liderança da igreja (“Ancião”). O rompimento é visto por Rita como um ato de respeito à sua própria trajetória e à comunidade religiosa em questão, sendo marcado por uma justificativa e uma comunicação feita diretamente aos líderes.

Existem dois pontos importantes a serem considerados neste processo de desconversão. Em primeiro lugar, houve o predomínio do que Duarte (2003) chama de “ethos privado não confessional” na decisão de romper, na medida em que Rita identificou uma incompatibilidade entre a religião em que fora criada e o desempenho de uma vida afetivo-sexual orientada pela escolha individual e pela ideologia do desejo e do amor carnal. Em segundo lugar, apesar de tomar a atitude radical de ruptura, manteve o respeito às práticas adotadas pelo Salão do Reino das Testemunhas de Jeová, que não eram conciliáveis com suas escolhas, mas – segundo ela – continuavam tendo um sentido para aqueles que lá permaneceram. Não desejava que suas atitudes estivessem vinculadas à imagem das Testemunhas de Jeová: *“olha lá, ela é Testemunha de Jeová e faz isso e faz aquilo”*. Não gostaria que suas escolhas levassem a julgamentos externos, das “pessoas de fora”, sobre a comunidade das Testemunhas, o que poderia *“denegrir”* a imagem de quem segue as regras da Igreja.

A trajetória traçada pela irmã mais nova, Raquel, é diferente. Embora sua mãe a veja como sua filha mais rebelde, logo cedo se casou com um jovem da congregação e teve um filho com ele, constituindo, para a alegria de sua mãe, uma “família de Testemunhas de Jeová”. Pouco tempo mais tarde, com o filho ainda pequeno e sob as críticas de sua mãe e da congregação, terminou seu casamento e assumiu o romance com seu atual marido, que até

hoje não se converteu. Mesmo estando desassociada, seguia algumas regras de conduta apreendidas das doutrinas religiosas, mostrando traços fortes de sua identidade religiosa, assim como as influências do ethos religioso em que foi criada. O que mais ficou evidente na convivência que tive com ela, foi a continuidade da observância do preceito que proibia a participação em festas⁶, que para os Testemunhas seriam “costumes corrompidos” por estarem relacionados a “raízes pagãs” e “porque os Testemunhas de Jeová não fazem parte do mundo”. (WatchTower, 1993, p. 199).

A criação de seu filho foi fortemente marcada por essas regras de conduta e suas implicações na interação deste com o “mundo” externo ao Salão do Reino. Os convites para festas infantis, Natal, Ano Novo, Festa Junina, Páscoa etc., eram todos sumariamente desconsiderados. A não ser nas ocasiões em que sua tia Rita o levava escondido, durante toda sua infância ficou apartado desse tipo de relação de sociabilidade pelo fato dessas comemorações serem consideradas “ilícitas” pela religião da mãe.

Após um período de desassociação, procurou regularizar sua situação civil para, assim, ser novamente recebida em sua congregação. Hoje, ela e seu filho freqüentam assiduamente as reuniões e procuram realizar as atividades previstas, como a realização do ‘campo’. Seu filho está na pré-adolescência e já fez seu primeiro discurso no Salão - que é um ritual de passagem importante para os jovens criados entre as Testemunhas. Dona Lourdes comprou-lhe um terno novo para a ocasião e cuidou pessoalmente de sua preparação: decorar e ensaiar o discurso.

⁶ Os diversos tipos de comemorações, como Natal, Ano Novo, Páscoa, Dia das Mães, aniversários e batismos, assim como eventos militares e políticos são proibidos. Apenas os casamentos são considerados como sendo uma comemoração fundamentada na Bíblia. As Testemunhas de Jeová

Permanência e ruptura aparecem aqui numa relação institucional duradoura, numa família marcada por intensas mudanças: religiosas, no caso da conversão da mãe e dos processos de conversão e desconversão das filhas; espaciais, enfatizadas pela migração; e familiares, causadas pela migração dessas três mulheres, gerando uma separação radical entre mãe e filhos, assim como entre os sete irmãos.

Vimos que Rita e Raquel foram criadas numa única confissão religiosa. A primeira rompeu sua relação com as Testemunhas de Jeová no início da fase adulta. Sua desconversão não incorreu, porém, em adoção de uma nova confissão religiosa, com a opção de não se vincular a nenhuma religião posteriormente à ruptura. A outra irmã, após um período de afastamento, de “vida no mundo”, regularizou sua situação e retomou suas práticas religiosas. Dona Lourdes continua insistindo na tentativa de convencer sua filha mais velha a retomar a busca pela “vida” entre as Testemunhas, ou pelo menos a regularizar sua situação, oficializando a união com seu companheiro para, assim, deixar de praticar “relações sexuais ilícitas”. Também continua a travar o debate sobre a necessidade de realizar sua cirurgia sem transfusão de sangue, num diálogo entre dois saberes – religião e medicina - carregados de valores conflitantes, mas que de alguma maneira se interpenetram.

Percebe-se assim como as três dimensões presentes no fenômeno religioso, mencionadas anteriormente – pertencimento ou identidade, adesão e *ethos* religioso –, se interpenetram intimamente nas trajetórias familiares e individuais das diferentes alternativas do atual panorama religioso brasileiro.

pararam de comemorar o Natal a partir de dezembro de 1928, após a realização de um estudo sobre suas origens.

Como vimos no início dessa argumentação, a rede familiar pesquisada, na qual o núcleo TJ está inserido, tem como característica a intensa diversificação de opções religiosas de seus membros, incrementada após a década de 1970. Sua base religiosa era o catolicismo, que foi sendo gradualmente redimensionado com a conversão de alguns membros a igrejas evangélicas, em especial, às pentecostais (cf. Mariz e Machado, 1998). No que se refere ao vínculo religioso, percebo nessa rede a existência de processos de conversão e desconversão, assim como de desinstitucionalização e institucionalização, através de diversos níveis de pertencimento, estratégias de adesão e definição de ethos, na relação de seus membros com suas respectivas opções religiosas.

Vemos um campo de negociação-conflito constante entre as experiências religiosas individuais e a família geral. Em certos casos, as conversões individuais influenciaram na conversão dos respectivos núcleos familiares aos quais estavam vinculados. Em outros, vemos a convivência de opções religiosas contrastivas no mesmo núcleo, como: membros da IURD, ou outras pentecostais, e católicos; pentecostais e umbandistas; pentecostais e espíritas; aqui também é interessante mencionar os casos em que há diferentes tipos de freqüentação e trânsitos entre as mais variadas confissões religiosas sem que ocorra filiação a nenhuma delas.

De uma forma geral, o que caracteriza a relação entre mães e filhas nesse contexto familiar, seja marcado pela influência católica ou evangélica, é o quase total silêncio quando se trata das questões relacionadas à sexualidade, característica oposta à encontrada no núcleo TJ, onde o tema é recorrente. Falar de sexo e de todos os assuntos relacionados a ele é um tabu. O silêncio quanto às informações é encarado como herança de suas mães. Podemos

observar essa distinção na seguinte fala de uma mulher que integra um núcleo católico praticante dessa rede familiar:

“Eu não converso com minhas filhas sobre isso [uma com 23 e outra com 20 anos]. Elas aprenderam com as amigas, com a televisão. Hoje em dia as escolas ensinam essas coisas também. É engraçado né, a gente repete o que acontece com a gente. Minha mãe nunca falou comigo sobre essas coisas, agente vai aprendendo com a vida. As minhas irmãs também não conversam com suas filhas. Só falei para elas que não vou criar netos, que elas tem que tomar, como é mesmo o nome?”

A frase “é coisa da vida” está presente na fala das mães quando o assunto é a menstruação, também podendo ser utilizada para temas similares. Dois pontos ficaram perceptíveis: a expressão é “coisa da vida” expressa aquilo que seria inevitável para as mulheres, nem a mãe nem a filha podem controlar, pois está no âmbito da “natureza da mulher”; por outro lado, como é “coisa da vida”, a menstruação é pensada como implícita, como se a mulher possuísse uma espécie de auto-percepção do processo de transformação do corpo, e mesmo das possíveis conseqüências desse momento de passagem onde a menina se transforma em mulher e já pode conceber um filho, acontecimento que também é entendido como “coisa da vida”.

Rohden (2004) observa que há uma menor interlocução entre mães e filhas, quanto às questões sexuais no caso das mulheres pentecostais. Como exemplo, a autora cita a porcentagem de mulheres pentecostais, cerca de 42%, que nunca conversaram com suas mães sobre a menstruação. Embora a pesquisa que desenvolvo junto à rede familiar, caracterizada

acima, tenha um cunho essencialmente qualitativo, esse dado é significativo para a compreensão das diferenças nas relações entre mães e filhas dentro de seus respectivos núcleos. Numa etapa posterior, também seria interessante analisar como essas diferenças são negociadas por esses grupos, em especial, quando opções religiosas distintas operam em contraposição.

O silêncio em relação ao tema “corpo e sexualidade”, de maneira geral, é uma regra entre as gerações de mulheres dessa rede familiar, independente da opção religiosa dos núcleos ou de seus componentes, no caso TJ. Ele somente é rompido quando o assunto é a possibilidade de ocorrer uma gravidez. Mesmo assim, a conversa não acontece no contexto de uma interlocução entre mães e filhas. Talvez, nesse ponto, não seja interessante utilizarmos a palavra interlocução, na medida em que não há uma reciprocidade na conversa, não há informação dos vários métodos contraceptivos – mesmo porquê, vemos um desconhecimento dessas técnicas por parte das mães - e nem perguntas sobre como adquiri-los, utilizá-los ou escolher o mais adequado, nem mesmo o encaminhamento das filhas aos serviços médicos. Algumas dessas, assim como suas mães, jamais estiveram num consultório ginecológico. Em alguns casos, só tomaram contato com esses profissionais na hora do parto, ou em momentos críticos. É visível a interação entre o pressuposto da existência de uma auto-percepção do corpo, como um processo intrínseco e natural de cada mulher, e a confiança no aprendizado externo à relação entre mãe e filha das questões relativas à sexualidade e à reprodução. A tamanha confiança na liberdade de escolha das filhas e na conseqüente internalização das informações colhidas em outras redes de sociabilidade – formadas na vizinhança, na escola, e até mesmo na igreja - muitas vezes, gerou problemas e re-configurações familiares.

Vemos surgir uma questão complexa: ao mesmo tempo em que o silêncio, relativo às questões da transmissão de informações sobre sexualidade, pode ser encarado como uma característica de uma família tradicional de classes populares, há uma certa aposta das mães no aprendizado externo à família das técnicas que permitem o exercício livre da sexualidade, como é o caso dos anticoncepcionais orais e da “camisinha” – os métodos mais citados por elas. Nesse caso, a virgindade é importante, mas torna-se secundária no discurso dessas mães, na medida em que deixam a responsabilidade e a opção de “ficar grávida”, ou não, para as filhas que, supostamente, estariam asseguradas pelas informações que adquirem externamente à relação mãe-filha.

Não podemos perder de vista a complexidade desse quadro, que sugere a investigação de mudanças importantes que envolvem a predominância do subjetivismo como valor estruturante da “cosmologia moderna”, mesmo entre as camadas populares. De acordo com Duarte, Gomes, Jabor e Luna (2004, p. 5):

“A área da sexualidade / reprodução é particularmente sensível a essa ênfase subjetivista, que afeta, por sua vez, indiretamente, a da família e a da identidade de gênero. O argumento de Michel Foucault (1977) sobre os valores da sexualidade moderna (sua loquacidade, sua reflexividade) é aí de toda pertinência. A difusão desse esquema seria particularmente desafiadora e premente nas camadas populares, pois os deslocamentos de ethos tendentes a uma combinação com o sistema de valores moderno hegemônico se encontram em pleno curso, por força da posição externa fundamental ocupada pela cultura desses segmentos e pela crescente pressão exercida no sentido de sua mudança, de sua "modernização" (influência da televisão, de revistas populares femininas, de profissionais de serviços públicos, de ativistas de movimentos sociais ou de ONGs etc.)”.

Tal combinação está expressa nas opiniões das mulheres desse núcleo, que chamo de “católico praticante”, sobre a postura da Igreja Católica em relação ao uso dos métodos contraceptivos. Apesar do desconhecimento em relação aos diferentes métodos contraceptivos disponíveis, a mãe ficou surpresa ao saber das orientações institucionais contrárias à utilização dos mesmos. Todas, mãe e filhas, discordaram desse posicionamento e enfatizaram o papel da escolha individual, em detrimento de uma regulação institucional religiosa. Dessa forma, seguindo pista de Mariz (1998), parece que a religião não é a única ou a mais importante variável na formação das opiniões sobre temas relacionados ao corpo e ao exercício da sexualidade.

Os valores laicos modernos penetram progressivamente nas camadas populares num processo que comporta combinações entre o silêncio sobre o “sexo” nas famílias, a religião e as escolhas individuais (Duarte, 2003). Mesmo no núcleo TJ é sensível esse tipo de penetração, principalmente quando lidamos com diferentes situações que envolveram os processos de conversão e desconversão das filhas, onde encontramos choques, assim como combinações, entre as orientações religiosas e os valores estruturantes da “cosmologia moderna”. (Duarte, Gomes, Jabor & Luna, 2004)

O núcleo Testemunha de Jeová apresentou um contraste em relação à rede familiar mais ampla quando as questões relacionadas ao corpo e à sexualidade foram acionadas. Como vimos, o “pecado adâmico” e as regras de controle institucionais relacionadas à sexualidade, sintetizada no termo “fornicação” para os casos desviantes, atuam como estruturantes no

discurso dos TJ. Estão presentes na produção institucional através de artigos nas revistas e no livro já mencionado *“Testemunhas de Jeová: Proclamadores do Reino”*, que é o guia doutrinário dessa confissão religiosa, e também no cotidiano das mulheres do núcleo TJ. O “sexo” aparece como tema recorrente no diálogo, tenso e controlador, que mãe e filhas estabelecem. O exercício da sexualidade como tema presente nessa relação foi o que diferenciou esse núcleo dos demais. Não estou querendo sugerir que aqui ocorra uma interlocução, no sentido que tratei acima. O que orienta o tema é a negação, o não exercício ou o exercício “lícito”, conforme orienta a religião. É interessante ressaltar que é no núcleo onde mais se “expõe” o tema sexualidade, embora marcado por uma visão fundamentalista e restritiva, que encontramos a adoção de um rigoroso planejamento familiar, com a utilização do DIU (dispositivo intra-uterino) pelas duas filhas de D. Lourdes, método contraceptivo não muito difundido entre as classes populares.

As re-configurações observadas nas trajetórias das três mulheres do núcleo TJ apresentadas nesse artigo (nessa comunicação), marcadas por rompimentos e reaproximações, são recorrentes entre as famílias de camadas populares. O caso da rede familiar estudada não foge a essa característica mais geral. No entanto, é possível perceber algumas nuances quando estabelecemos uma comparação entre o núcleo TJ e os demais núcleos da rede familiar pesquisada. Podemos encontrá-las, precisamente, na oposição entre a externalização do tema “corpo e sexualidade” no núcleo TJ, baseado numa visão religiosa fundamentalista que desconfia das informações externas; e o silêncio, que caracteriza o relacionamento entre mães e filhas nos demais núcleos. No primeiro, através do papel exercido pela mãe sobre o núcleo familiar, vemos o reforço das regras de controle formuladas pela confissão religiosa. No

segundo caso, ao contrário, vemos a ênfase na confiança na “natureza” e na internalização das informações externas ao núcleo familiar.

Formatada: Inglês (Reino Unido)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Crapanzano, Vincent. *Serving the word: Literalism in America from the pulpit to the bench*. Nova Iorque: New Press, 2000.

Duarte, Luiz Fernando Dias. *Ethos privado e racionalização religiosa. Negociações da reprodução na sociedade brasileira*. Comunicação apresentada no Seminário "Religião e Sexualidade: Convicções e Responsabilidades". Rio de Janeiro: CLAM/IMS/UERJ, 2003.

Duarte, Luiz Fernando Dias; Gomes, Edlaine Campos; Jabor, Juliana & Luna, Naara. *Família, Reprodução e Ethos Religioso – subjetivismo e naturalismo como valores estruturantes*. Recife: Simpósio Especial Sexualidade e Religião, XXIV Reunião Brasileira Antropologia, 2004.

Duarte, Luiz Fernando Dias & Giumbelli, Emerson. As concepções de pessoa cristã e moderna: paradoxos de uma continuidade. *Anuário Antropológico* 93. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

Elias, Norbert. O processo civilizador: uma história dos costumes (vol.1). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1990.

Foucault, Michel. *História da Sexualidade I. A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

Giumbelli, Emerson. *Pentecostais no Brasil: sua “intolerância” tem “fundamento”?* Comunicação apresentada no Simpósio “Intolerância Religiosa: conflitos entre

pentecostalismo e religiões afro-brasileiras”. Recife: XXIV Reunião Brasileira de Antropologia, 2004.

Gomes, Edlaine C. *A Era das catedrais da IURD: a autenticidade em exibição*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: PPCIS-UERJ, 2004.

Gomes, Edlaine Campos & Jabor, Juliana. *Sexualidade e Experiência Religiosa entre Estudantes de Ensino Fundamental e Médio*. Comunicação apresentada no Grupo de Trabalho “Religião e percursos de saúde no Brasil hoje: as curas espirituais”. Recife, XXIV Reunião Brasileira de Antropologia, 2004

Jacob, César Romero et al. *Atlas da filiação religiosa e indicadores sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: PUC-RJ/ Loyola, 2003.

Formatada: Português
(Portugal)

Mariz, Cecília Loreto. A Opinião dos Evangélicos sobre o Aborto. In: *Novo Nascimento: os Evangélicos em Casa, na Igreja e na Política*. R. C. Fernandes. Rio de Janeiro: Mauad, 1998, pp. 211-223.

Mariz, Cecília Loreto & Machado, Maria das Dores Campos. Mudanças recentes no campo religioso brasileiro. Rio de Janeiro: *Antropolítica*, 1998, nº5, pp. 1-106.

Montenegro, Sílvia Maria. *Em busca do milênio: proselitismo e noção de pessoa entre os Testemunhas de Jeová*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: PPGSA, 1996.

Rohden, Fabíola. *Religião, valores e comportamentos afetivo-sexuais entre jovens no Brasil*. Comunicação apresentada no Simpósio Especial “Sexualidade e Religião”. Recife: XXIV Reunião Brasileira de Antropologia, 2004.

Testemunhas de Jeová: Proclamadores do Reino de Deus. São Paulo: WatchTower, 1993.